

Design de ambientes e micro-cultura residencial: analisando as consequências da padronização no projeto de apartamentos em Fortaleza

Clara Coelho Rabelo Queiroz

Universidade de Fortaleza

<http://lattes.cnpq.br/9668093480135400>

arqclaraqueiroz@gmail.com

Vítor Domício de Meneses

Universidade Federal de Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/3862668549702804>

vitor.meneses@ufpe.br

Resumo

A padronização é uma realidade na maioria dos projetos de apartamentos contemporâneos de classe média. Considerando a importância do espaço arquitetônico habitacional para a criação da identidade de lugar – o estabelecimento de uma micro-cultura residencial – este artigo objetiva analisar as consequências da padronização dos projetos de apartamentos para o processo de apropriação e como o design de ambientes pode contribuir para a criação de micro-culturas nos espaços residenciais. Para isto, a metodologia de pesquisa é composta por: (1) Levantamento bibliográfico sobre apropriação do espaço, design de ambientes residenciais, micro-cultura e identidade de lugar e (2) pesquisa e análise de plantas baixas de apartamentos a serem da cidade de Fortaleza à luz dos conceitos de Psicologia Ambiental e micro-cultura residencial. As conclusões apontam para uma produção cada vez mais massificada que, ao restringir as possibilidades de uso e layout dos espaços, acarreta problemáticas de ergonomia, dimensionamento e conforto ambiental, criando um contexto desfavorável à manifestação da subjetividade dos indivíduos.

Palavras-chave

Design de ambientes; Apropriação do espaço; Identidade de lugar; Micro-cultura residencial; Habitação e Subjetividade.

Environmental design and residential micro-culture: analyzing the consequences of standardization in apartment design in Fortaleza

Abstract

Standardization is a reality in most contemporary middle-class apartment projects. Considering the importance of the architectural housing space for the creation of place identity – the establishment of a residential micro-culture – this article aims to analyze the consequences of the standardization of apartment projects for the process of appropriation and creation of micro-cultures in residential spaces. To this end, the research methodology consists of: (1) Bibliographic survey on space appropriation, residential environment design, micro-culture and place identity and (2) research and analysis of floor plans of apartments to be built in the city of Fortaleza in light of the concepts of Environmental Psychology and residential micro-culture. The conclusions point to an increasingly mass production that, by restricting the possibilities of use and layout of spaces, leads to problems of ergonomics, dimensioning and environmental comfort, creating a context unfavorable to the manifestation of individuals' subjectivity.

Keywords

Environmental design; Appropriation of space; Identity of place; Residential micro-culture; Housing and Subjectivity.

1 Introdução

Ao longo da história, o projeto de arquitetura sofreu diversas influências, desde a adoção de novos materiais, a partir do desenvolvimento tecnológico da indústria, até escolhas estilísticas, como as que foram lideradas pelo Movimento Moderno, por exemplo. Independente da transformação dos diversos parâmetros de projeto ao longo do tempo, é possível afirmar que a padronização se destaca como um fator preponderante, que influencia desde a escolha dos materiais, passando pelo dimensionamento e ordenamento dos espaços e, por influenciar na produção dos ambientes, atinge também o comportamento e a forma de vida dos habitantes do espaço.

Por uma questão de racionalidade construtiva – exemplificando a lógica industrial adotada pela arquitetura moderna – muitos produtos arquitetônicos que pressupõe grande quantidade de unidades trabalham com a padronização e, neste contexto, são contempladas as edificações habitacionais. É possível perceber com facilidade que os espaços construídos estão cada vez mais desconectados dos seus usuários. Ao pesquisar a planta de apartamentos de classe média-alta de construtoras em Fortaleza, ainda em processo de construção e venda, podemos observar que o desenho desses espaços se mostra hostil e disfuncional, deixando pouco espaço para a transformação e apropriação.

Mas quais as consequências da padronização das habitações para a qualidade de vida e para o pertencimento dos moradores? Quais os efeitos da repetição de uma combinação entre espaços, programas e estratégias projetuais aplicada a diversos empreendimentos? Neste trabalho, nos interessam os efeitos relativos à subjetividade e à intimidade do espaço residencial, na escala da unidade, do usuário do espaço e sua subjetividade.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as consequências da padronização dos projetos de apartamentos para o processo de apropriação e como o design de ambientes pode contribuir para a criação de micro-culturas nos espaços residenciais. Para atingir este objetivo, a pesquisa foi composta por duas etapas: (1) Levantamento bibliográfico sobre apropriação do espaço, design de ambientes residenciais, micro-cultura e identidade de lugar e (2) pesquisa e análise de plantas baixas de apartamentos da cidade de Fortaleza à luz dos conceitos de Psicologia Ambiental e de micro-cultura residencial.

A metodologia adotada nesta pesquisa pode ser classificada como qualitativa de base teórica e bibliográfica (GIL, 2014), usando da ferramenta de estudo de caso para projetos de interiores. Para verificar e avaliar na prática como os conceitos estudados se desenvolvem, foi adotado o método do estudo de caso voltado para análise específica de apartamentos de Fortaleza observar como conceitos teóricos se manifestam na prática e em um contexto específico, “respeitando sua complexidade contextual” (Gil, 2014).

2 Percepção e Apropriação do espaço: criação de micro-culturas residenciais versus padronização

2.1 Projeto e padronização de espaços: noções de moradia, habitação e lar

Antelli e Tramontano (2011), em pesquisa realizada pelo grupo Nomads/USP, atestam que o desenho dos apartamentos de São Paulo é determinado “cada vez mais pelos agentes do mercado imobiliário

e cada vez menos pelos arquitetos” (Antelli e Tramontano, 2011). Partindo da premissa da evidente padronização de plantas, acabamentos e espaços no projeto residencial, os autores afirmam que a planta das unidades habitacionais sofreu um processo de uniformização ao longo do século XX, assumindo as seguintes características padrão:

- três zonas principais, separadas em função de seus usos. Zona social: entrada social, sala de estar, sala de jantar, saleta íntima, etc.; Zona Íntima: dormitórios, suítes, banheiros, corredor; Zona de Serviços: lavanderia, cozinha, banheiro e quarto de empregados, entrada de serviço;
- a relação de atividades previstas no programa habitacional a determinados cômodos;
- a existência de cômodos monofuncionais;
- a hierarquia na disposição dos cômodos. Distinção entre entrada social e de serviços; da primeira, se tem acesso as salas e a cozinha; das salas se tem acesso ao corredor íntimo; da cozinha se tem acesso a área de serviço; do corredor íntimo se tem acesso aos quartos e aos banheiros; da cozinha se tem acesso a lavanderia; da lavanderia se tem acesso ao quarto e banheiro de empregado e a entrada de serviço;
- a utilização de corredores como solução para a circulação;
- a distinção das entradas social e de serviço. (Antelli e Tramontano, 2011).

Esta padronização pode ser observada na experiencia do lugar, quando ficam evidentes as relações entre os diferentes ambientes e as intenções do projeto em relação às atividades a serem realizadas em cada espaço. O fluxograma ilustra esse arranjo espacial, conforme figura a seguir.

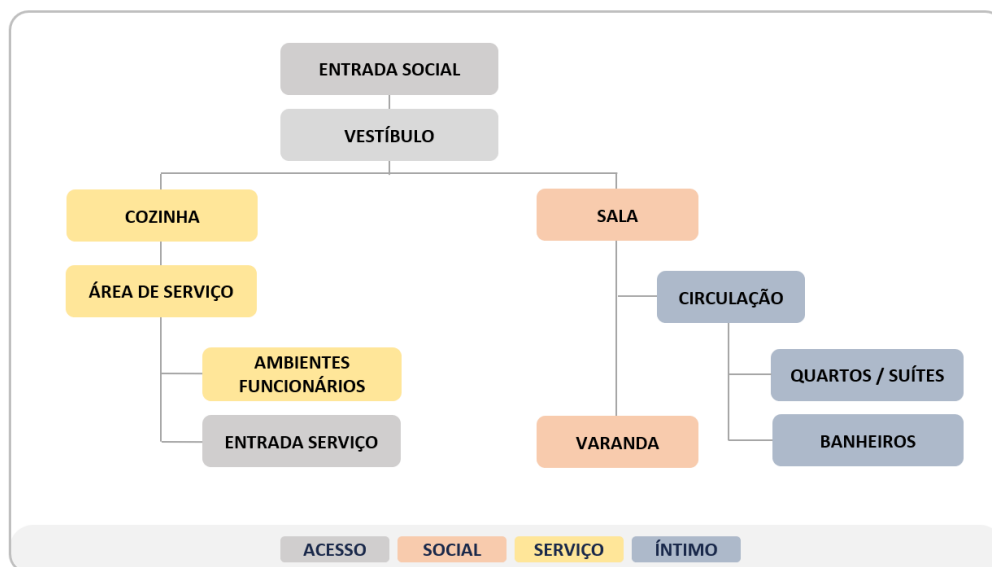


Figura 1: Esquema geral da padronização da planta de uma unidade habitacional de edifício de apartamento.

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Antelli e Tramontano (2011).

Este modelo representa toda uma cadeia de projeto e construção, deixando pouca (ou nenhuma) opção para o habitante e o profissional (designer ou arquiteto) que irão atuar no design de ambientes interiores destes apartamentos. É importante mencionar que o projeto de design de interiores é responsável por orientar o layout, permitir a criação do suporte para as identidades e para a realização de tarefas funcionais. Muitas vezes, este projeto é o responsável por viabilizar o uso adequado e confortável do espaço.

Porém, esta pesquisa propõe o questionamento: Após a entrega do empreendimento, ao iniciar o processo de customização da unidade habitacional, quais elementos, de fato, fazem o usuário compreender aquele espaço como sendo seu, fazendo ele se sentir “em casa”? Quando nos

deparamos com o ambiente residencial e observamos o desenho desses espaços, estaria o design limitando o ato de habitar ou permitindo que os usuários vivenciem e se apropriem de suas casas plenamente? O quanto as casas são feitas para se morar de fato e quanto é feito quase que como um cenário, repleto de elementos vazios e desconectados, que nada significam?

Afinal, quando pensamos em uma residência, fazemos uma associação direta ao ato de habitar ou morar nesse espaço, como se esses termos fossem sinônimos. Porém, na prática, existe uma distinção ligada ao uso desses conceitos. Segundo o Dicionário Michaelis (2024), “habitar significa instalar-se num lugar para morar, permanecer”. Ao passo que a palavra “morada” faz referência direta à ideia de “casa” ou “residência”, ou ainda “Permanência em algum lugar estabelecendo domicílio por um período; Lugar onde habitualmente se encontra determinada coisa” (Michaelis, 2024).

Portanto, antes de adentrar a fundo no tema, é necessário refletir sobre esses termos. A *habitação* muitas vezes se apresenta apenas como um local físico situado em um ponto geográfico. É um endereço que designa onde o indivíduo mora, mas que não lhe confere apego ao lugar (Albuquerque e Günther, 2019), ainda que *habitar* seja uma atividade que implica uma relação significativa de identificação e pertencimento entre o ser humano e um determinado lugar (Norberg-Schulz, 2006, p. 450).

Por outro lado, a *moradia* pode ser concebida como *lar*, envolto de significados e afetos positivos compartilhados com os demais moradores (Albuquerque e Günther, 2019, p. 17). E *lar*, por si só, possui uma conotação muito subjetiva, afinal, quando as pessoas pretendem se referir ao espaço físico no qual se dão as relações privadas desse habitar, sejam elas físicas ou emocionais, a palavra corriqueiramente usada é *casa*. A palavra “*casa*”, nos dá percepção subjetiva advinda da experiência de habitá-la, tendo a conotação de “*lar*”. A palavra *casa* passou a ser utilizada e difundida com o significado de *morada*. Diferentemente do que ocorre em outras línguas, nas quais tanto coloquialmente quanto academicamente se estabelece a distinção entre as ideias de *casa* física e *lar*, na Língua Portuguesa, optamos por nos referir ao nosso *lar*, usando a palavra *casa* (Camargo, 2007, p. 180).

No campo da arquitetura, acabamos nos referindo com frequência a tais espaços residenciais construídos como “*habitações*”, e há uma impessoalidade no termo que causa um afastamento da subjetividade. No entanto, quando nos referimos a uma *casa*, invocamos naturalmente o senso de pertencer, e acaba sendo a *casa* o palco da criação do design de interiores. Nesse sentido, podemos começar a entender a criação de *moradias* como o processo de construção de *lares*, e ao design como um facilitador do processo.

2.2 Identidade e pertencimento: compreendendo a relação sujeito-espaço

Moser (2018) inicia sua obra afirmando que o ambiente não é mera decoração e esse mesmo olhar é válido para o design, composto pelos elementos que integram os espaços interiores. Uma vez que nossa relação com um espaço depende também dos elementos nele contidos, seja feito de forma intencional ou não, o design se fará presente e, sendo assim, não é mera decoração, mas um elemento ativo de como podemos perceber um lugar.

Moser (2018, p. 35) define a atividade de projetar ambientes como uma psicologia aplicada, uma vez que é necessário analisar a pessoa, futura habitante do espaço projetado, no seu contexto físico e

social, no intuito de compreender a lógica das inter-relações entre pessoa e seu habitat, colocando-a no centro dessa relação.

Ou seja, no campo da Psicologia Ambiental (PA), mais do que olhar para como percebemos ambiente, buscamos entender os efeitos que o ambiente tem *sobre* a pessoa, de forma que os fatores físicos e sociais são tão interdependentes, que a relação da pessoa com o ambiente não pode ser compreendida se não levarmos em conta os contextos culturais e sociais onde essa ação ocorre, pois é a história, seja coletiva ou individual, que condiciona percepções e comportamentos (Moser, 2018). Neste sentido, é essencial estabelecer algumas bases antes de adotar esse referencial para pensar o campo do design de interiores.

Uma vez que indivíduo e o espaço não são vistos de formas individuais, podemos dizer que o ambiente é multifuncional e compreende **componentes físicos** (arquitetura, acústica, decoração, iluminação, temperatura, mobiliários), **componentes não-físicos**, que são os aspectos psicológicos ou pessoais dos usuários do ambiente (como experiências, crenças, motivações, expectativas, padrões comportamentais) e os **aspectos sociais**, bem como aspectos culturais, econômicos e/ou políticos. (Cavalcante e Elali, 2011, p.70)

Outros conceitos importantes de serem diferenciados são os de **espaço** e de **lugar**. Espaço é a materialidade de um local, ou seja, é neutro e sem significado, sendo uma área que enxergamos geometricamente. Já um lugar é um espaço onde nos estabelecemos, imbuímos significado e aplicamos valores pela vivência feita, e criamos algum tipo de relação. Assim, é a relação de uma pessoa com um espaço que o transforma em lugar. (Cavalcante e Elali, 2011, p. 185)

Habitar, segundo Norberg-Schulz (2006) está ligado a capacidade de se identificar com o espaço, atribuindo a ele significados e segurança emocional. Essa identificação ocorre por meio de características ambientais, padrões, texturas, ou quaisquer elementos significativos que ajudarão a criar laços, assim como a conexão criada com o espaço se reflete no emocional. Portanto, o indivíduo se guia por essas identificações para estabelecer sensações e orientação, sendo esses responsáveis pela formação de sua própria identidade e sentimento de pertencimento à algum lugar. Para compreender as nuances da relação humano-ambiental, precisamos nos atentar ao processo de construção de vínculo ao lugar, assim como a apropriação do espaço e a identidade do lugar.

2.2.1. Vínculo com o Lugar

Cavalcante e Elali (2011) reforçam a moradia como fonte de importantes vínculos emocionais pessoa-ambiente, e como a discussão de semelhanças e conceitos de casa x lar (*house* x *home*, em inglês) se dá dentro do estudo de vínculo com o local.

Ainda de acordo com os autores, o apego ao lugar “se desenvolve gradualmente e exige algum tempo para consolidar-se, tendo como principais influencias: contínua avaliação da qualidade ambiente frente às necessidades do indivíduo em questão; significado do lugar para sua própria identidade; tempo de residência e familiaridade com o local.”

Esses elementos não serão mutuamente exclusivos e sim complementares, e sua interação transforma lugares indiferenciados em lugares singulares, ou seja, com significado particular, de forma que seus usuários desenvolvem muitas e diferenciadas relações de apego aos lugares que tem contato. Assim sendo, o vínculo ao lugar envolve três dimensões: a funcional, simbiótica e relacional.

Dimensão funcional: Diz respeito ao papel do espaço físico como elemento que atrai, encoraja ou inibe movimentos, interferindo nos comportamentos que ali ocorrem (HIDALGO; HERNANDES, 2001). Tal relação pode gerar bem-estar e produtividade quanto frustração e estresse, e ajuda a definir uma atmosfera de competição ou colaboração entre os envolvidos (TWIGGER-ROSS, UZZELL, 1996).

Dimensão simbiótica: Refere-se ao conteúdo simbólico de origem sociocultural e individual que atua como intermediário no relacionamento pessoa-ambiente, influenciando o modo como cada indivíduo e/ou grupo compreende e age frente às diferentes situações em que se encontre.

Dimensão relacional: Corresponde à interação dinâmica entre o envolvimento social cotidiano (sobretudo no tocante a amigos e familiares) e as características do ambiente onde o mesmo acontece. [...] Nesse sentido, o autor ressalta que o sentimento de comunidade surge a partir do momento que a pessoa se percebe como pertencente a um grupo e a um lugar específicos, entendendo que há uma relação única entre ambos. (Cavalcante e Elali, 2011, p.55-56)

Ou seja, temos um dinamismo na vinculação afetiva entre pessoa e ambiente, de forma que esse processo é contínuo, precisa ser reforçado e analisado a partir de um quadro amplo, envolvendo diversas nuances e expectativas.

2.2.2. Apropriação

Podemos definir a apropriação como as

modificações físicas, de ocupação, de transformação, ou simplesmente de utilização de indícios através de um controle psicológico; trata-se de um conjunto de artefatos pelos quais se opera uma estruturação do espaço segundo as necessidades e as aspirações; deste modo, um indivíduo ou um grupo indica a sua própria utilização de um lugar e a maneira como o ocupa, o transforma e nele vive. (Fischer, 1994, p. 86).

Cavalcante e Elali (2011) irão complementar que esse processo é como “o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu. Ao imprimir marcas e alterações visíveis, o sujeito cria um aqui.” (Cavalcante E Elali, 2011, p. 79). A apropriação irá então se manifestar de duas maneiras: por ação/transformação e por identificação simbólica.

O **modo de ação** se aproxima do conceito de territorialidade, visto que é feita por meio de reivindicação, delimitação e percepções de uma ocupação mais física. Já o **modo de identificação** irá envolver aspectos cognitivos, afetivos e de interação com o espaço, de forma a desenvolver um significado do local, assim, passamos a criar imagens mentais (cognitivo), adequação dos espaços de forma a representar bem estar e corresponder às expectativas (afetivo) e personalização, de forma a criar significados únicos (interativo) (Cavalcante E Elali, 2011, p. 75).

Outro fator diretamente ligado a apropriação, é a capacidade de identidade do espaço, que vai ser construída a partir de pertencimento e vivência, sendo importante o tempo passado, pois é o tempo exposto que irá possibilitar a transformação do lugar por seus usuários (Cavalcante E Elali, 2011) e também de reconhecer aquele espaço como seu território, o que “implica habitualmente a personalização do lugar com a ajuda de marcações e de elementos de apropriação que indicam que se é de algum modo o seu ocupante”. (Fischer, 1994, p.90)

Do contrário, sofreríamos com a desapropriação, seja porque a pessoa não é reconhecida em sua ocupação, seja porque os espaços não correspondem mais às suas expectativas. Assim, essa confirmação contínua de apropriação é denominada de reapropriação, e é essa ideia de adaptação

continua de um espaço que permite a relação pessoa-ambiente a formação de lugares definidos, sendo essa a marca da natureza huna no espaço. (Cavalcante e Elali, 2011, p. 69)

2.2.3. Identidade do Lugar

Para compreender a identidade de lugar, é necessário considerar os conceitos de pertencimento e vivência, pois este é um processo íntimo de conexão do indivíduo com o espaço que habita:

A identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo em busca de satisfação. A construção da autoidentidade, da identidade social e da identidade do lugar faz parte de um mesmo processo no qual todos os componentes são concomitantes e significativos. (Cavalcante e Elali, 2011, p. 210).

No que diz respeito à criação dentro dessa identidade em ambientes residenciais, Saegert (1985) irá observar que, para transformarmos uma habitação em lar, são precisas cinco dimensões: a centralidade, a continuidade, a privacidade, a expressão de si, a identidade e as relações sociais. Já Sixsmith (1986) determina que seriam precisas três dimensões: pessoal, social e física.

Moser (2018, apud Smith, 1994) irá definir a centralidade como um ponto central ao representar um território sobre o qual os habitantes pensam exercer um controle exclusivo e permanente, e ao qual atribuem profundas significações, constituindo assim o ponto físico central das deslocações dos habitantes, assim como uma centralidade afetiva, de ancoragem e enraizamento, associada com frequência ao sentimento de fazer parte do lugar. Ainda segundo o autor, a continuidade estaria ligada ao sentimento de segurança e distingue, em geral, o lar do habitat. A privacidade, ou intimidade, se refere a capacidade de refúgio desse ambiente. O lar deve ser um espaço onde o indivíduo se sente à vontade, um lugar onde se possa relaxar e que gere um sentimento de liberdade e conforto, permitindo a recuperação física e emocional.

A expressão de si, estaria ligada a identificação com o lugar, a partir de conceitos já apresentados como a apropriação, mas também o enraizamento. Este, por sua vez, está ligado ao sentimento de pertencimento a partir da estabilidade e da permanência e vinculação estabelecida com um lugar. Identificar-se com um lugar faz com que este adquira uma função simbólica, a da representação de si, e um papel central no projeto pessoal.

A principal relação social dentro de um lar é a familiar, e em relação a ela, Araújo e Polsin (2018) atribuem a responsabilidade de possuir estrutura para dar apoio para a individuação de seus membros, ao mesmo tempo que promove um sentido de pertencer, além de ser um grupo que irá prover modelos de interações. Ainda segundo os autores, “a família desenvolve um conjunto de papéis essenciais para o crescimento do ser humano que enfrenta variadas tarefas em prol de seu desenvolvimento. Trata-se de uma organização de apoio, proteção, limites e socialização de seus integrantes. É preciso, ainda, conviver com as mudanças de valores, de padrões éticos, políticos, econômicos e ideológicos, para, assim, acompanhar as modificações sociais e garantir a manutenção da estabilidade” (Araújo e Polsin, 2018, p. 19). As três dimensões são as seguintes:

- (1) a dimensão pessoal (felicidade, pertença, expressão de si, experiências cruciais, permanência, intimidade ou privacidade, duração, lugares significativos, conhecimento e desejo de regresso);
- (2) a dimensão social (natureza e qualidade de relações, presença de amigos, diversões e aspecto afetivo ligado à presença de outros);

(3) a dimensão física (estrutura e tamanho do espaço, serviços, arquitetura, ambiente de trabalho). (Moser, 2018, apud Sixsmith, 1996, p. 90).

Em resumo, podemos nos valer das reflexões de Albuquerque e Gunther (2019) sobre a aplicação da Psicologia Ambiental no contexto do design de interiores, e entender que o sentimento de pertencimento, fundamentado no apego ao lugar, influencia diretamente as práticas cotidianas dos indivíduos, promovendo maior valorização do entorno.

A atuação ativa no espaço – por meio da intervenção, ação e transformação – amplia o ambiente pessoal e fortalece a identidade com o local, contribuindo para a satisfação das necessidades dos seus ocupantes. Ambientes residenciais considerados adequados são aqueles cuja infraestrutura sustenta os padrões diários de atividades, articulando-se com as dimensões temporais e espaciais da vida cotidiana. A ausência dessa compatibilidade pode resultar em comportamentos desadaptativos e experiências emocionais negativas.

Sob essa perspectiva, a habitação pode se limitar a uma referência geográfica, sem necessariamente promover vínculos afetivos. No entanto, ela também pode assumir a condição de lar, carregado de significados e afetos compartilhados, configurando-se como espaço de pertencimento. Diante da complexidade que envolve a relação entre o ser humano e seu espaço de moradia, torna-se fundamental o aprofundamento de estudos sobre o tema, a fim de orientar o planejamento de ambientes mais responsivos às necessidades humanas.

2.3 Microcultura Residencial

Camargo (2007) nos propõe enxergar o habitar de uma residência como uma micro-cultura, ao entender que as relações com o espaço doméstico constituem um conjunto de valores e padrões de comportamento específicos.

Ainda que não haja uma verdade única sobre a definição de cultura, pode-se elaborar, aqui, um entendimento substanciado a partir de ideias-chave [...] assim, apreende-se o termo cultura como um conjunto partilhado de valores e padrões de comunicação entre indivíduos de um determinado grupo, assim como de entendimento desse grupo em relação ao seu meio. Preservados e transmitidos ao longo do tempo, esses valores e padrões estão em contínuo processo de criação e reformulação, através das relações cotidianas estabelecidas entre os indivíduos desse grupo. [...] Esse conjunto de valores e padrões de comportamento, aplicado à prática do cotidiano doméstico, ao mesmo tempo em que norteia as escolhas formais e funcionais desse(s) indivíduo(s) em relação ao seu espaço doméstico, particulariza e especifica as relações estabelecidas por eles nesse e com esse espaço. É por considerar que essas especificidades passam a servir de meio de identificação do indivíduo, ou grupo de indivíduos, com seu habitar doméstico e a propiciar a forma como esse habitar é percebido e vivenciado por eles, que passo a considerar o contexto das relações do habitar doméstico como uma espécie de micro-cultura. (Camargo, 2007, p.33)

A partir desse conceito, Camargo (2007) ressalta como em unidades habitacionais, ainda que essas unidades sejam projetadas de formas similares e/ou idênticas, teremos habitats domésticos diferentes, expressos através de inúmeros modos de viver, particulares e distintos. Ou seja, cada usuário irá significar e especificar seu espaço, de modo a converter um espaço estéril e padrão em algo particular e único.

Mas estariam nossas habitações propensas a aceitar esse tipo de modificação? Como uma família pode se apropriar de sua habitação, personalizá-la e habitá-la plenamente se nosso modo de construir e produzir habitações não dão abertura para tanto? Como o design de interiores consegue, de forma prática, permitir que seus usuários façam escolhas adequadas e eficientes? Mas, se, por um lado, a forma construída do espaço habitado afeta o comportamento e os modos de vida de seus usuários, temos que a linguagem formal do espaço habitado é, por sua vez, a incorporação física dos padrões de comportamento de seus habitantes – incluindo-se, aí, seus desejos, motivações e sentimentos [...] embora hoje em dia, as pessoas, de fato, construam suas casas muito menos frequentemente do que faziam no passado, ainda que no sentido figurativo, nós ainda fazemos nossas casas. Em uma prática descrita pela autora como “criativa”, ainda construímos, equipamos nossas casas; damos-lhe cores, mantemos-na, e organizamos seus padrões de fisicalidade; damos funções e expressão aos cômodos. Neste sentido, Norve dirá que se falhamos na efetividade deste processo, ou seja, de criar algo diferente para nós, outros arranjos para a estrutura física que nos foi deixada, essa moradia “não será uma casa [home] propriamente dita, no sentido geral do termo. (Camargo, 2007, p.57)

O dia a dia profissional nos oferece uma oportunidade de vivenciar na prática essas indagações, e observar como essa arquitetura desligada do usuário final influencia no cotidiano e sucesso de um empreendimento. Em um momento onde os clientes cada vez mais baseiam seus anseios e desejos em referências online, muitas vezes desconectadas de si mesmos, observamos uma série de projetos “cenários”, voltados apenas a produção final e não a vida que lá dentro acontece, e com base nas indagações de Camargo (2007), será que não deveríamos voltar nosso olhar, dentro da área de design, à incompatibilidade entre o que os novos moradores dessas habitações esperam e o que lhes é oferecido?

Devemos reconhecer a dificuldade de conhecer a fundo os futuros usuários das moradias e nos fazer valer de novas perspectivas e pesquisas arquitetônicas, sociológicas, psicológicas e antropológicas a fim de criar um design mais humano e eficaz para atender às reais necessidades e aspirações dos moradores.

Isso pois, além da questão funcional, o design de interiores tem ferramentas capazes de criar espaços acolhedores, de criar ambientes de fato pautados na ideia de lar e moradia, e não apenas abrigos e habitações. O desafio está justamente em identificá-las.

O uso da subjetividade, por meio de conceitos e práticas reais, pode e deve ser aplicada no processo projetual, afinal “toda essa análise sobre a transformação da percepção da casa habitada sugere uma relação de reciprocidade entre a pessoa e a casa habitada.” (Camargo, 2007)

Seguindo a linha de pensamento de microcultura domiciliar, e pensando em ferramentas práticas, o autor nos elenca 5 principais elementos para analisar esse habitar: a casa física, os usos objetivo e subjetivo da casa, privacidade e intimidade domésticas, o cotidiano doméstico e o lugar do habitar doméstico. Dentro de cada um deles, conseguimos fazer paralelos com as funções e aplicações do design de interiores.

2.3.1. A Casa Física

Talvez essa seja a relação mais direta do Design de interiores no processo de construção do habitat doméstico, uma vez que a casa física é a entidade material e palpável que acolhe o habitar. É nesse espaço que temos a oportunidade de criar um “pequeno mundo” para cada indivíduo, e nos conectar

ao processo de construir esse espaço físico, pois como Camargo (2007) nos relembra, embora hoje em dia as pessoas não construam suas casas do zero com tanta frequência, ainda continuam, de maneira simbólica e cotidiana, a moldá-las.

Isso acontece quando escolhem cores, organizam os cômodos, atribuem funções e expressões ao espaço: um processo criativo que transforma a moradia em algo verdadeiramente próprio. Quando esse movimento de ressignificação falha, a casa perde seu sentido pleno de lar. Nesse cenário, o design de interiores tem um papel essencial ao apoiar essa construção simbólica, ajudando os moradores a adaptarem e expressarem suas identidades no espaço habitado, seja por meio de projeto ou da escolha e adaptação de produtos.

2.3.2. Usos objetivos e subjetivos da casa

Partimos do suposto que as escolhas conscientes do Design devem sempre possuir uma função, mesmo que essa seja a de apenas ser uma decoração, mas é preciso fazer uma pausa para analisar que, além do uso pré-determinado, o design será sujeito ao indivíduo. Esse tópico nos permite ver, na prática, a aplicação da PA no habitat doméstico. Camargo (2007) começa esse tema afirmando que “a materialidade permite a espiritualidade e a emocionalidade”.

Ainda que a sociedade queira, de todos os modos, mostrar que os objetos têm valor em si mesmos, é o sujeito, o causador histórico do valor dos objetos: somos nós que damos alma aos objetos, transformando sua neutralidade em apoio à nossa identidade. (Bosi, 2005 apud Camargo, 2007, p. 72)

Usando da pesquisa do autor, é possível entender que ao longo do tempo, a convivência com os objetos do cotidiano faz com que eles deixem de ser apenas funcionais para adquirirem valor simbólico e emocional, e conforme inserimos nossas escolhas, como a organização dos cômodos, a busca por conforto, a definição de níveis de privacidade, a seleção de cores e móveis, passamos a moldar o espaço segundo nossas expectativas, necessidades e aspirações.

Essa apropriação cotidiana transforma a casa em um ambiente singular, que expressa nossa identidade e nossa história. É nesse processo que se diferencia o espaço impessoal, guiado por modismos e padronizações, daquele que se enraíza emocionalmente na vida dos moradores. Os objetos e configurações passam, então, a “falar de nós”, refletindo não apenas gostos, mas experiências acumuladas ao longo do tempo, sendo justamente por meio dessa personalização, ao dispor objetos com significado, ao pintar paredes com cores que nos tocam, ao criar arranjos espaciais que nos fazem sentir bem, que transformamos um espaço qualquer em “nosso lugar”.

Nesse contexto, o design de interiores atua como facilitador desse processo de construção de sentido, e aqui faço o questionamento de ser necessário entender que há uma necessidade de atemporalidade no design, assim como a não-limitação dos espaços. Por mais bem pensado ou bem executado, o design nunca será capaz de prever totalmente seus usos, e cabe a nós, no processo de desenho, entender que precisamos deixar espaço para a transformação.

2.3.3. Privacidade e intimidade

Como já visto, o sentimento de posse de uma habitação acontece independente do ato legal de propriedade privada, uma vez que o espaço habitado é um território privado, onde se desenvolvem nossas ações mais íntimas. Seguindo com as percepções de Camargo (2007) é nesse espaço que

desejamos exercer, de forma protegida, o nosso cotidiano doméstico, afastado do olhar e da interferência externa.

A necessidade de proteção e controle da intimidade irá acontecer na arquitetura simbólica dos elementos que conectam interior e exterior. A metáfora proposta por Bollnow (1969), que compara a porta a uma membrana semipermeável, ajuda a entender esse limite: a porta permite a entrada apenas daqueles que compartilham da intimidade do lar, enquanto restringe o acesso aos estranhos. A janela, por sua vez, cumpre função distinta, criando uma relação visual e simbólica com o mundo externo. Esses limites físicos, ao mesmo tempo sutis e potentes, traduzem o desejo de cada morador de definir o que deseja ou não revelar de sua vida íntima.

Tais concepções de privacidade e intimidade não são estáticas: elas evoluíram ao longo do tempo, acompanhando mudanças nos modos de habitar e nas formas de organização espacial. A delimitação de zonas íntimas dentro da casa, assim como a personalização de seus elementos são expressões dessa trajetória cultural, e não meramente escolhas estéticas.

Dentro desse contexto, o design de interiores desempenha um papel central: ele não apenas definirá e organizará fisicamente os setores íntimos da casa, como também será o responsável pelo fortalecimento dessa sensação de privacidade. Assim, mais do que compor esteticamente, o design de interiores atua na sustentação do bem-estar psicológico e na construção subjetiva do lar como espaço seguro e significativo.

2.3.4. Cotidiano Doméstico

Ao nos apresentar o conceito de cotidiano doméstico, Camargo (2007) o define como o "normal", que consideramos como garantido, e que compõe uma rotina, sendo essa então uma característica do que não nos é marcante, ou seja, olhar para o cotidiano doméstico seria olhar para a importância da insignificância. O autor então questiona "o que significa para nossas vidas o praticar diário de uma rotina em nossas casas?", e que torna o "irrelevante", que fazemos quase automaticamente, tão relevante na nossa auto regulação, quando estamos, por alguma razão, impossibilitados de fazê-lo?

A resposta, ainda segundo o autor, seria que o cotidiano doméstico pode ser compreendido, em um primeiro momento, como um espaço restaurador, onde, ao nos sentirmos seguros, protegidos e em privacidade, conseguimos relaxar física e emocionalmente. A partir dessa restauração, a casa também cumpre um papel preparatório, funcionando como base para que possamos enfrentar, com mais equilíbrio, as exigências da vida pública.

E o que é o trabalho do design de interiores se não identificar as nuances dessa rotina cotidiana e prover um espaço adequado para elas? Se um usuário tem em si, por exemplo, a rotina de tomar café da manhã na cozinha, seria verdadeiramente útil para ele uma grande mesa de jantar, mas não uma bancada para refeições rápidas na própria cozinha? O diálogo e as ferramentas de investigação do usuário (como o briefing) devem ser respeitadas e executadas corretamente para que possamos produzir residências realmente habitáveis.

2.3.5. O Lugar do Habitat Doméstico

Todas essas considerações levam à conexão [...] entre o sentido de habitar doméstico e o de se perceber inserido tanto na casa, quanto na cidade, na região, ou no país em que se vive. Os sentimentos de identidade e pertencimento que fazem com que nossa casa seja percebida como um lugar, para nós, podem, muitas vezes, corresponder aos mesmos

sentimentos que nos fazem sentir inseridos – aceitos, abraçados – no país, na cidade ou na comunidade em que habitamos. (Camargo, 2007, p.182)

A partir desse pensamento, Camargo (2007) irá debruçar-se sobre diversas óticas de como podemos definir um lugar, e como podemos por fim definir o local residencial, mas conforme abordado no tópico anterior, independentemente de como escolhemos definir esse lugar, os conceitos discutidos na Psicologia Ambiental são aplicáveis, uma vez que sua função nasce da relação entre indivíduo e lugar, seja ele qual for.

O ponto de destaque aqui é a forma como, parte da nossa identidade e da nossa relação com o entorno começa na forma como nos relacionamos e nos identificamos nos nossos lares. Ou seja, há a possibilidade “de levarmos nossa experiência de domesticidade para onde estamos, quando estamos longe de nossas casas” (CAMARGO, 2007), de forma que ao prezar por uma habitação de qualidade, estamos ativamente praticando o direito à cidadania de um indivíduo.

3 Análise de apartamentos de Fortaleza-CE

Como estabelecido por Antelli e Tramontano (2011), a padronização dos apartamentos como conhecemos hoje é resultado da influência de financiamento privado, que buscava soluções que permitissem aumentar o nível de eficiência, refletindo-se em um projeto "extremamente racionalizado e de execução pormenorizadamente planejada, possibilitando reduzir o prazo de execução da obra e o custo da obra", e ao observamos uma planta datada de 1982, que segue a cartilha exposta na figura 01, e em seguida uma planta disponível nos atuais empreendimentos, notaremos que a variação é quase mínima, mais de 4 décadas depois.

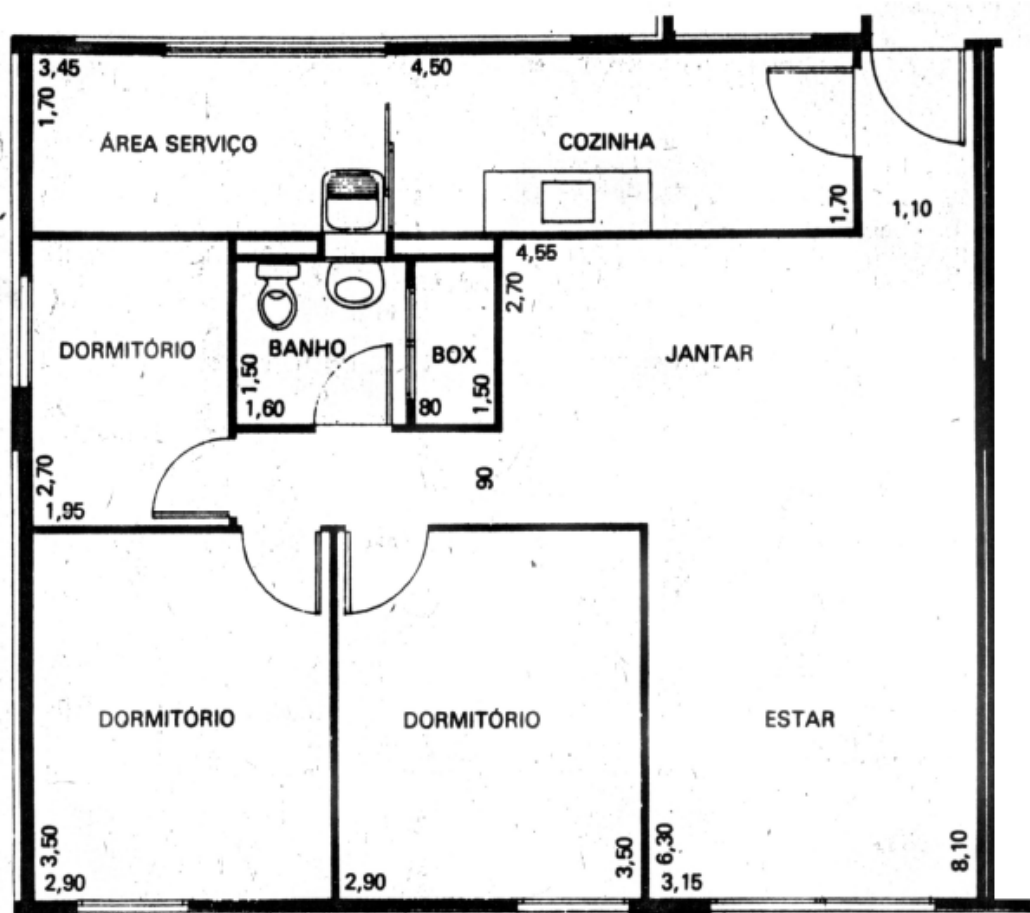


Figura 2: Planta de edifício promovido pela construtora Hindi em 1982 no bairro do Jabaquara.
Fonte: Antelli e Tramontano (2011).

Com isso, ao consultar o site de três grandes construtoras de Fortaleza e observar seus próximos lançamentos, é possível realizar uma análise das plantas e espaços propostos, por meio dos conceitos até aqui apresentados.

Os empreendimentos analisados situam-se no mercado imobiliário voltado para classe média-alta, e possuem um planejamento de marketing que busca vender moradias idealizadas. Mas seriam mesmo? Ao analisar o desenho desses espaços que supostamente foram pensados e projetados para oferecer a melhor experiência possível, conseguimos encontrar um espaço propício para a criação de um lar?



Figura 3: Plantas Humanizadas de Empreendimento em Fortaleza.

Fonte: Mota Machado, BSPAR, MRV, MD, Marquise Incorporações, 2025.

Para responder esse questionamento, foi selecionada a planta do empreendimento 1, de 65,12m² para uma análise mais aprofundada, observando os 5 elementos propostos por Camargo (2007): a casa física, os usos objetivo e subjetivo da casa, privacidade e intimidade domésticas, o cotidiano doméstico e o lugar do habitar doméstico. A análise também se baseia nos conceitos da Psicologia Ambiental, e busca apontar possíveis soluções no campo do design.

3.1 Análise do Apartamento do Empreendimento 01

Ao observar com mais atenção a planta do empreendimento, reforça-se a ideia de que o padrão apontado por Antelli e Tramontano (2011) se repete historicamente e cumpre o organograma de ambientes, conforme sistematizado no início do texto. Para sistematizar a síntese da análise, foi elaborado um quadro com as principais informações do apartamento analisado. Destaca-se a imagem vendida através do discurso do progresso, referindo-se ao “futuro” e associando a compra do imóvel a um estilo de vida superior e de maior qualidade.

Área:	65,12m ²
Ambientes:	Sala de Estar e Jantar, Cozinha com Serviço, WC Social, 1 Quarto, 1 Suíte com Closet, Varanda e Sacada
Localização:	Meireles, Fortaleza
Texto publicitário/estilo de vida proposto:	“Inspirado em você, pensado para o futuro. Projetado para sua nova forma de viver, cada metro quadrado projetado para sua felicidade. O Hemisphere Residence foi pensado e projetado por grandes profissionais e concebido com um olhar minucioso, mesclando a arte, conforto, sofisticação e funcionalidade. Surpreendente e único.”

Quadro 1: Análise do Apartamento do Empreendimento 01.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Se formos considerar intervenções mínimas, sem a mudança de alvenarias, pontos de instalação ou retirada de elementos para adaptação, podemos notar que o seguinte layout e design, além de uma reprodução direta do apontado no estudo de Antelli e Tramontano (2011), é limitante. Apesar de não conter medidas em plantas, conseguimos aproximar que a medida de cada cerâmica é uma média de 60cm, o que nos permite avaliar algumas medidas. Quando avaliamos sob o aspecto de casa física ou de lugar do habitat, intervenções como pintar o ambiente, expor peças pessoais e decorações são possíveis, mas ao falarmos dos usos dos espaços, notamos alguns pontos de atenção. Os pontos focais nessa planta são tanto a área de cozinha e sala, como as circulações irreais propostas, conforme demarcado em vermelho (Figura 4).



Figura 4: Planta Humanizada de apartamento em Fortaleza com destaques nos pontos de análise.

Fonte: MARQUISE INCORPORAÇÕES, 2025.

Quando nos deparamos com a cozinha proposta, há pouco espaço para armazenagem, ou para o uso de serviço em si, além da conexão direta com a mesa de jantar. Além disso, ao pensar-se em funcionalidade, esse ambiente não se beneficia da triangulação de serviço recomendada para áreas de cozinha. No caso de um cotidiano de uma família que goste de cozinhar ou receber convidados, esse espaço se mostraria frustrante e inadequado.

Além disso, a maneira como as paredes estão locadas dificultam o teste de novos layouts e outras possibilidades de reorganização. Uma vez que o papel do designer é lidar com tais desafios, conseguimos pensar e propor novas soluções, usando de marcenaria projetada, novas bancadas e adaptações na infraestrutura para melhor aproveitar o espaço, mas se formos considerar um usuário

que irá partir de soluções prontas, ou que não tenha contato, orçamento ou oportunidade de trabalhar com um profissional, torna-se difícil escapar do desenho fabricado. A imagem a seguir apresenta alguns estudos de layouts desenvolvidos para essa planta, considerando uma adequação e uma sugestão final de desenho.

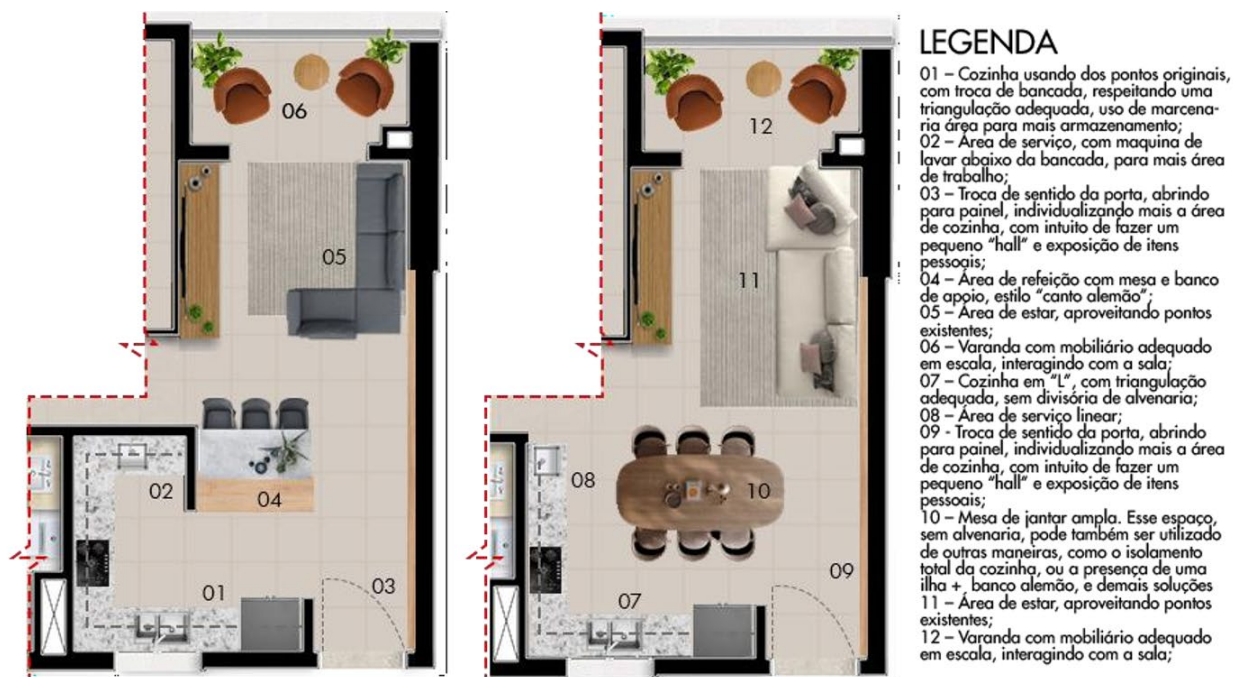


Figura 5: Estudos de Layout Sala e Cozinha, Apto. 65,12m².

Fonte: Adaptado pelos autores.

Outro exemplo é que, caso a família usuária seja de um casal com 2 filhos, conforme sugerido pelo layout, esse quarto dificilmente será confortável e permitirá um uso pleno. Mesmo sem divisórias internas, o dimensionamento do espaço apresenta uma área de circulação limitada, sem espaço para desenvolver outras atividades (como estudo e lazer) além de dormitório.



Figura 6: Estudos de Layout Quarto, Apto. 65,12m².

Fonte: Adaptado pelos autores.

Esses fatores acabam também interferindo nos conceitos de privacidade e cotidiano, uma vez que o espaço compartilhado contém pouca oportunidade para o desenvolvimento individual de cada usuário. Nos testes a seguir, é possível notar a tentativa de reorganização dos mesmos elementos, e a mesma falta de conforto e mobilidade.



Figura 8: Estudos de Layout Quarto, Apto. 65,12m².

Fonte: Adaptado pelos autores.

Os espaços da suíte principal e da sala de estar são os mais propensos a atender os 5 princípios da microcultura residencial com facilidade, uma vez que o espaço se mostra mais disponível a reorganizações, múltiplos usos e presença de privacidade e conforto.

Considerações finais

Camargo (2001), ao refletir sobre o processo de compra de um imóvel, e como o usuário se imagina e idealiza um ambiente por meio de folhetos publicitários, afirmar que, diferente da compra de um carro, por exemplo, não temos um período de *test-drive* real para avaliar o conforto e a qualidade da nova moradia. Embora existam os apartamentos modelos, sabemos que muito do que lá é mostrado, tal como plantas publicitárias, acabam sendo feitos para encher os olhos, e não tem compromisso com o uso ou escala reais.

Como síntese da análise elaborada, propõe-se uma tabela que cruza os parâmetros da Psicologia Ambiental com o conceito de Micro-cultura residencial, conforme exposto a seguir.

PSICOLOGIA AMBIENTAL	MICROCULTURA AMBIENTAL				
	A Casa Física	Usos objetivos e subjetivos	Privacidade e intimidade	Cotidiano doméstico	O Lugar do Habitat
VINCULO DE LUGAR (depende da <i>qualidade</i> do ambiente, significado do lugar e tempo de residência)	-	Espaços confortáveis, que atendam as necessidades	Organização dos espaços de modo a permitir segurança e refúgio	Uso do espaço a partir da rotina e da vivência prolongada	Identificação de si dentro do local
APROPRIAÇÃO (ocorre a partir da capacidade de modificação, expressão ou meio do uso dos espaços)	Expressar-se a partir da escolha dos objetos, cores, elementos e afins.	Uso dos espaços pre-determinados e sua adequação ao usuário	Capacidade de se sentir seguro e em casa	Uso diário que atenda às necessidades do usuário	Criação de identidade de si mesmo e do espaço
IDENTIDADE DO LUGAR (depende da satisfação e relação com o espaço vivido, junto a expressão de si, além da construção do sujeito e vivencia no espaço)	Reconhecer-se na fisicalidade do espaço	Satisfação do espaço – APO (Avaliação Pós Ocupação)	-	Satisfação com a adequação do espaço a rotina diária	Relação entre a identidade do espaço com o reconhecimento de si mesmo

Quadro 1: Análise do Apartamento do Empreendimento 01.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A partir disso, conseguimos criar e enxergar relações entre como se dá o processo de criação de moradias, assim como papel do designer e do design no mesmo, e quais aspectos da área de PA se fazem presentes em cada elemento da micro-cultura ambiental. Em “O apartamento feito para você”, Camargo (2000) alerta que é fundamental que projetistas reconheçam a natureza subjetiva do aconchego e da intimidade que se deseja transmitir, cientes de que nenhuma representação visual (como maquetes ou apartamentos decorados) pode antecipar plenamente essas experiências.

Nesse contexto, o design deve priorizar a usabilidade, compreendida como a capacidade de um ambiente atender, de forma eficaz, às necessidades reais dos usuários no contexto em que vivem. Conhecer profundamente os hábitos, relações sociais e expectativas do público-alvo é essencial para

que o projeto não apenas atenda às funções técnicas, mas promova prazer, segurança e qualidade de vida para seus habitantes.

Assim, é evidente que o projeto dos espaços residenciais deve ultrapassar os limites da produção padronizada e mercadológica. Dentro desse contexto, a produção de design tem suma importância. Uma vez que a moradia, enquanto direito fundamental e espaço de construção da subjetividade, não pode ser tratada apenas como produto a ser consumido, mas como um território íntimo, vivo e mutável, que deve responder às dinâmicas e particularidades de seus habitantes: “Ou seja, o conforto doméstico, que embora muitas vezes apresentado como tal, jamais deveria ser confundido com mercadoria.” (Camargo, 2000). Cabe ao designer considerar as múltiplas camadas que envolvem o habitar, reconhecendo o espaço doméstico como suporte de experiências afetivas, sociais e simbólicas.

Nesse sentido, o design de interiores tem um papel crucial ao criar ambientes que acolham as identidades individuais e coletivas, ao invés de propor soluções fechadas e estáticas, é necessário pensar em projetos flexíveis, que permitam aos moradores transformar, adaptar e imprimir significado em seus lares, tornando o design ferramenta para a apropriação do espaço e a criação de pertencimento.

Referências

ANITELLI, F.; TRAMONTANO, M. O processo de padronização de projetos de edifícios de apartamentos: notas sobre mercado, financiamento e arquitetura. V!RUS, São Carlos, n. 5, jun. 2011. Disponível em: < <http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=6&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

ARAUJO, Tatiane Regina Pires de; POLSIN, Fernanda Lievore. **RELAÇÃO ENTRE A INTERAÇÃO FAMILIAR E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMO PROVEDORA DA SATISFAÇÃO PARA O COLABORADOR**. Universitas: Gestão e TI, [S.L.], v. 7, n. 1, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/gti/article/view/3550>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; GÜNTHER, Isolda de Araújo. **Onde em nós a casa mora? os ambientes residenciais nas relações pessoa-ambiente**. In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; KUHNEN, Ariane; PATO, Claudia. **Psicologia ambiental em contextos urbanos**. Florianópolis: Edições do Bosque, 2019. p. 15-32.

BOLLNOW, Otto F. **Hombre y Espacio**. Barcelona: Editorial Labor, 1969.

BSPAR INCORPORAÇÕES. BS Flower. BSPAR. Disponível em: <https://www.bspar.com.br/empreendimento/bs-flower/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CAMARGO, Érica Negreiros de. **Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado**. 2007. 215 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMARGO, Erica Negreiros de. O apartamento feito para você. PosFAUUSP, São Paulo, Brasil, n. 9, p. 170–175, 2000. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i9p170-175. Disponível em: <https://revistas.usp.br/posfau/article/view/137382>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis: Vozes, 2011. 320 p.

DICIONÁRIO MICHAELIS. HABITAR. In: Dicionário Michaelis On-line, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/VeIR/habitar/>. Acesso: 11 mai. 26.

FISCHER, Gustave-N. Psicologia Social do Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed., 6ª reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

MARQUISE INCORPORAÇÕES. Hemisphere. Marquise Incorporações. Disponível em: <https://marquiseincorporacoes.com.br/empreendimentos/fortaleza/hemisphere>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MOSER, Gabriel. Introdução À Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente. Campinas: Alinea, 2018. 318 p.

MOTA MACHADO. Elev Jardins de Fátima. Mota Machado. Disponível em: <https://motamachado.com.br/empreendimentos/elev-jardins-de-fatima/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MOURA DUBEUX. Beach Class Unique. Moura Dubeux. Disponível em: <https://www.mouradubeux.com.br/ceara/fortaleza/meireles/residenciais-condominio/01-e-02-quartos/beach-class-unique>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MRV ENGENHARIA. Reserva Brisa do Mar. MRV. Disponível em: <https://www.mrv.com.br/imoveis/apartamentos/ceara/fortaleza/coco/reserva-brisa-do-mar>. Acesso em: 21 jul. 2025.

NOBERG-SCHULZ, Christian; O Fenômeno do Lugar. In: NESBITT, Kate. Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica (1965 – 1995). 2ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2006. P. 444 – 461

SAEGERT, S. The role of housing in the experience of dwelling. In Altman, I.; Werner, C. M. (Eds.). Home environments. London: Plenum, 1985. p. 287309.

SIXSMITH, J. A. The meaning of home: an exploratory study of environmental experience. Journal of Environmental Psychology, v. 6, p. 281-298, 1986.

SMITH, S. G. The essential quality of a home. Journal of Environmental Psychology, v. 14, p. 31- 46, 1994.

TWIGGER-ROSS, C. L.; UZZELL, D. L. Place and identity processes. Journal of Environmental Psychology, v. 16, p. 205-220, 1996. DOI: 10.1006/jevp.1996.0012.